

Neoenergia  
Biguaçu  
Transmissão de  
Energia S.A.

**Demonstrações**  
**contábeis regulatórias em**  
**31 de dezembro de 2020 e 2019**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2020

---

### SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO .....	3
1. A NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A .....	3
1.1. Estrutura Societária .....	3
2. DESEMPENHO OPERACIONAL .....	3
3. ATIVOS EM OPERAÇÃO .....	4
3.1. Subestação em operação .....	4
4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS .....	4
5. RECEITA ANUAL PERMITIDA .....	4
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	4
6.1. Resultado Econômico Financeiro .....	5
DISCLAIMER.....	5

**INTRODUÇÃO**

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2020, a Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

**1. A NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A**

A Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

**1.1. Estrutura Societária**

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:

**2. DESEMPENHO OPERACIONAL**

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão e subestações: no estado de Santa Catarina, compostas por um compensador estático de reativos (CER) de (-100/+300) Mvar na subestação Biguaçu 525 kV, incluindo o transformador elevador e respectivas conexões; interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial.

Em 2020, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 100%. O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Em 2020, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



### 3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

#### 3.1. Subestação em operação

Projeto de Subestação - Características Físicas							
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
SE Biguaçu (COMPARTILHADA)	-	525kV	-	N/A	11/02/2021	11/08/2047	

  

Projeto de Subestação - Características Financeiras							
Subestação	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção	
SE Biguaçu (COMPARTILHADA)	Eletrosul	14.628	14.628	2023	Julho	IPCA	

### 4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Subestação - Evolução Física e Investimentos				
Subestação	Evolução Física em 31/12/2019	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2019 (R\$ Mil)*	Evolução Física em 31/12/2020	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2020 (R\$ Mil)*
SE Biguaçu (COMPARTILHADA)	92%	55.452	100%	20.404

\* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por SE

### 5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Companhia iniciou sua operação comercial em julho de 2020. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2020/2021 é de R\$14.628 mil, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

RAP Esperada - R\$ mil								
Subestação	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
SE Biguaçu (COMPARTILHADA)	14.358,21	14.627,81	14.627,81	14.627,81	14.627,81	14.627,81	14.627,81	14.627,81

**Nota 1:** Conforme orientação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, os valores de 2021 a 2026 foram mantidos em moeda constante de 31/12/2020, portanto, não foram reajustados pelo IPCA e/ou IGPM.

**Nota 2:** Os valores apresentados nos anos 2019 e 2020 se referem às RAP's homologadas para os ciclos dos referidos anos. Cada ciclo corresponde ao período: de julho do ano até junho do ano seguinte.

### 6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias e notas explicativas.

## 6.1. Resultado Econômico Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2020	2019	2020 X 2019	
			R\$	%
<b>Receita Bruta</b>	<b>7.049</b>	-	<b>7.049</b>	<b>0%</b>
Deduções da Receita Bruta	(715)	-	(715)	0%
Custo Não Gerenciável	-	-	-	0%
<b>Resultado antes dos Custos Gerenciáveis</b>	<b>6.334</b>	-	<b>6.334</b>	<b>0%</b>
Custo Gerenciável	(1.422)	(187)	(1.235)	660%
Amortização / Depreciação	(7)	(5)	(2)	40%
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>4.905</b>	<b>(192)</b>	<b>5.097</b>	<b>-2655%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>4.912</b>	<b>(187)</b>	<b>5.099</b>	<b>-2727%</b>
Resultado Financeiro	56	287	(231)	-80%
<b>Lucro Antes dos Impostos</b>	<b>4.961</b>	<b>95</b>	<b>4.866</b>	<b>5122%</b>
IR e CSLL	47	(12)	59	-492%
<b>Lucro do Período</b>	<b>5.008</b>	<b>83</b>	<b>4.925</b>	<b>5934%</b>

Em 2020 a Companhia iniciou sua operação comercial, portanto houve o recebimento de RAP e registro de receita bruta no montante de 7.049.

Os custos gerenciáveis registraram um incremento de 660% no ano, quando comparado com 2019. Esta variação é principalmente pelo reflexo do aumento de despesas com pessoal.

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi positivo em 2020 em R\$56 mil, sendo R\$121 mil referentes a receitas financeiras e R\$65 mil referentes a despesas financeiras.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou Lucro de R\$5.008 mil e EBITDA positivo de R\$4.912 mil.

**DISCLAIMER**

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Biguaçu, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Biguaçu e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Biguaçu.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Biguaçu sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Conselheiros e Diretores da**

**Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A.**

Campinas - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

A Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2021.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 1SP259468/O-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS .....	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	14
1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL.....	15
2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES .....	15
3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....	19
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	20
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	21
6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS .....	21
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	22
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL .....	22
9. FORNECEDORES.....	24
10. TRIBUTOS A PAGAR .....	24
11. ENCARGOS SETORIAIS .....	24
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	24
13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	26
14. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B” .....	26
15. RESULTADO FINANCEIRO .....	27
16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	27
17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	28
18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO .....	30

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
<b>Ativo circulante</b>		<b>5.205</b>	<b>11.008</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.683	9.366
Concessionárias e permissionárias	6	1.601	-
Tributos compensáveis	7	817	1.616
Despesas pagas antecipadamente		10	22
Instrumentos financeiros derivativos		-	4
Outros ativos circulantes		94	-
<b>Ativo não circulante</b>		<b>95.930</b>	<b>75.247</b>
Tributos diferidos	7	109	92
Imobilizado	8	95.813	75.142
Intangível	8	8	13
<b>Total do ativo</b>		<b>101.135</b>	<b>86.255</b>
<b>Passivo circulante</b>		<b>7.353</b>	<b>4.671</b>
Fornecedores	9	3.123	3.218
Obrigações sociais e trabalhistas		191	111
Instrumentos financeiros derivativos		-	127
Dividendos declarados		2.408	-
Tributos a pagar	10	468	848
Encargos setoriais	11	14	-
Outros passivos circulantes		1.149	367
<b>Passivo não circulante</b>		<b>39</b>	<b>-</b>
Encargos setoriais	11	25	-
Outros passivos não circulantes		14	-
<b>Total do passivo</b>		<b>7.392</b>	<b>4.671</b>
Capital social	12.1	91.242	81.494
Outros resultados abrangentes		-	(111)
Reservas de lucros	12.3	50.117	34.326
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		3.558	-
Prejuízos acumulados		(51.174)	(34.125)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>93.743</b>	<b>81.584</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>101.135</b>	<b>86.255</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**  
CNPJ 27.853.497/0001-47  
Demonstrações do Resultado dos Exercícios  
Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>7.049</b>	-
Disponibilização do sistema de transmissão	13	7.049	-
<b>Tributos</b>		<b>(652)</b>	-
PIS		(116)	-
COFINS		(536)	-
<b>Encargos Parcela A</b>		<b>(63)</b>	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(63)	-
<b>Receita líquida</b>		<b>6.334</b>	-
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>6.334</b>	-
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	14	<b>(1.429)</b>	<b>(192)</b>
Pessoal e administradores	14.1	(996)	(118)
Material		(99)	-
Serviços de terceiros		(155)	(58)
Arrendamento e aluguéis		(57)	-
Provisões líquida – PPECLD		(15)	-
Multas regulatórias		(4)	-
Tributos		(20)	-
Depreciação e amortização		(7)	(5)
Outras despesas operacionais		(76)	(11)
<b>Resultado da atividade</b>		<b>4.905</b>	<b>(192)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	15	<b>56</b>	<b>287</b>
Receitas financeiras		121	335
Despesas financeiras		(55)	(53)
Outros resultados financeiros, líquidos		(10)	5
<b>Lucro antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>4.961</b>	<b>95</b>
Despesa com impostos sobre o lucro		47	(12)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>5.008</b>	<b>83</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação – R\$:</b>		0,05	0,0001

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**  
CNPJ 27.853.497/0001-47  
Demonstração do Resultado Abrangente  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.008</b>	<b>83</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificação para o resultado:</b>		
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	168	(1.154)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(57)	57
<b>Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	<b>111</b>	<b>(1.097)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>5.119</b>	<b>(1.014)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido  
Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>26.103</b>	<b>180</b>	<b>2.732</b>	<b>708</b>	<b>986</b>	<b>(3.502)</b>		<b>27.207</b>
Capital integralizado	55.391	-	-	-	-	-	-	55.391
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	83	-	83
Outros resultados abrangentes								
Efeito de hedge de fluxo de caixa das investidas	-	-	-	-	(1.097)	-	-	(1.097)
Destinações:								
Reserva legal	-	1.535	-	-	-	(1.535)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	29.171	-	-	(29.171)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>81.494</b>	<b>1.715</b>	<b>31.903</b>	<b>708</b>	<b>(111)</b>	<b>(34.125)</b>		<b>81.584</b>
Aumento de capital	7.189	-	-	-	-	-	-	7.189
Capital integralizado	2.559	-	-	-	-	-	-	2.559
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.008	-	5.008
Distribuição de dividendos	-	-	-	(708)	-	-	-	(708)
Outros resultados abrangentes								
Efeito de hedge de fluxo de caixa das investidas	-	-	-	-	111	-	-	111
Destinações:								
Reserva legal	-	1.103	-	-	-	(1.103)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	15.396	-	-	(15.396)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(3.558)	3.558	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>91.242</b>	<b>2.818</b>	<b>47.299</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(51.174)</b>	<b>3.558</b>	<b>93.743</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
**Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.008</b>	<b>83</b>
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização	7	5
Baixa de ativos não circulantes	354	-
Tributos sobre o lucro	(47)	12
Resultado financeiro, líquido	(56)	(287)
<b>Variações de ativos e passivos:</b>		
Concessionárias e permissionárias	(1.601)	-
Fornecedores	(105)	3.079
Obrigações sociais e trabalhistas	80	70
Outros tributos compensáveis (a pagar) e encargos setoriais, líquidos	750	(767)
Outros ativos e passivos, líquidos	742	598
<b>Caixa líquidos oriundo das operações</b>	<b>5.132</b>	<b>2.793</b>
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(36)	(328)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	127	351
Tributos sobre o lucro pagos	(626)	(26)
<b>Caixa oriundo das atividades operacionais</b>	<b>4.597</b>	<b>2.790</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(21.027)	(55.451)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(21.027)</b>	<b>(55.451)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	9.747	55.391
<b>Caixa oriundo das atividades de financiamento</b>	<b>9.747</b>	<b>55.391</b>
<b>(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(6.683)</b>	<b>2.730</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	9.366	6.636
<b>Caixa e equivalentes no final do exercício</b>	<b>2.683</b>	<b>9.366</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## **1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazo. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre agentes de governo, agentes públicos e privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do poder concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

## **2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES**

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão e subestações: no estado de Santa Catarina, compostas por um compensador estático de reativos (CER) de (-100/+300) Mvar na subestação Biguaçu 525 kV, incluindo o transformador elevador e respectivas conexões; interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Companhia iniciou sua operação comercial em julho de 2020. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2020/2021 é de R\$14.628, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

## **2.1. Corona vírus (“Covid-19”)**

### **a) Contexto geral**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

### **b) Impactos nas demonstrações contábeis regulatórias**

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID-19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

### **c) Medidas para resiliência operacional e financeira**

Diante do cenário, descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia: postergação do recolhimento de tributos relativo às competências de abril e maio 2020, tais como PIS e COFINS (R\$2), INSS (R\$29) e FGTS (R\$7), resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de R\$38. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerado por essas medidas durante o 2º semestre de 2020.

Além da medida acima indicada, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

### **d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade**

A Companhia adotou diversas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) doação de aparelhos respiratórios e máscaras;
- (ii) de forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (autodeclaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeando de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Houve ainda divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19.

## **2.2. Gestão de riscos financeiros e operacionais**

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

### **2.2.1. Gestão de riscos financeiros**

#### **Considerações gerais e políticas internas**

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

## **2.2.2. Gestão de risco de mercado**

### **Risco de taxas de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

### **Risco de Inflação**

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

## **2.2.3. Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas.

## **2.2.4. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos.

### **Risco de crédito de contrapartes comerciais**

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

## NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.853.497/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2020.

<u>Ratings de longo prazo em escala nacional</u>	<u>Moody's</u>	<u>S&amp;P</u>	<u>Fitch</u>
Banco do Brasil	Aa1		AA
Itaú	A1	AAA	AAA

### 2.3. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/20 a 31/05/21	100.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

## 3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

### 3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 20, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 9 de abril de 2021, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

### 3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações contábeis regulatórias estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados.

### 3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentados nas seguintes notas:

**Nota Estimativas e julgamentos significativos**

6	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
17.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

## 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia adotou, na contabilidade societária, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e as mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação ou não emitiu pronunciamento contábil. As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2020, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

**Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	10	3
Fundos de investimento	2.673	9.363
	<b>2.683</b>	<b>9.366</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 99% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

**6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	2020		
	Recebível	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Contas a receber, líquidos
Concessionárias e permissonárias	1.616	(15)	1.601
	<b>1.616</b>	<b>(15)</b>	<b>1.601</b>

Descrição	Valores Correntes							Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Total 2020
	Corrente a vencer		Corrente Vencida						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Disponibilização do sistema de Transmissão	1.567	-	45	4	-	-	(15)	1.601	
<b>Total</b>	<b>1.567</b>	<b>-</b>	<b>45</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(15)</b>	<b>1.601</b>	

**6.1. Políticas contábil e julgamentos críticos****a) Política contábil**

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Estimativas e julgamentos críticos**

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia.

A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

**7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS**

	2020	2019
Imposto de renda - IR	628	148
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	177	2
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	7	1.463
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1	1
Outros	4	2
<b>Total</b>	<b>817</b>	<b>1.616</b>

**8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

A composição do imobilizado é como segue:

<b>Imobilizado</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2019</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transferências (C)</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2020</b>	<b>Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2020</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2019</b>
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>									
<b>Administração</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>10</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>	<b>4</b>	<b>6</b>
Máquinas e equipamentos	10	-	-		10	-	(6)	4	6
<b>Subtotal</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>10</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>	<b>4</b>	<b>6</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>75.136</b>	<b>20.976</b>	<b>(354)</b>	<b>-</b>	<b>95.758</b>	<b>20.622</b>	<b>-</b>	<b>95.758</b>	<b>75.136</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.779	6.676	-	-	15.455	6.676	-	15.455	8.779
Máquinas e equipamentos	41.737	12.912	-	18.297	72.946	31.209	-	72.946	41.737
Veículos	27	50	-	-	77	50	-	77	27
Móveis e utensílios	1.810	536	-	-	2.346	536	-	2.346	1.810
Outros	22.783	802	(354)	(18.297)	4.934	(17.849)	-	4.934	22.783
<b>Administração</b>	<b>-</b>	<b>51</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51</b>	<b>51</b>	<b>-</b>	<b>51</b>	<b>-</b>
Máquinas e equipamentos	-	51	-	-	51	51	-	51	-
<b>Subtotal</b>	<b>75.136</b>	<b>21.027</b>	<b>(354)</b>	<b>-</b>	<b>95.809</b>	<b>20.673</b>	<b>-</b>	<b>95.809</b>	<b>75.136</b>
<b>Total Ativo Imobilizado</b>	<b>75.146</b>	<b>21.027</b>	<b>(354)</b>		<b>95.819</b>	<b>20.673</b>	<b>(6)</b>	<b>95.813</b>	<b>75.142</b>

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do intangível é como segue:

<b>Intangível</b>	<b>Valor bruto em 31/12/2019</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Valor bruto em 31/12/2020</b>	<b>Adições Líquidas = (A)-(B)</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2020</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2019</b>
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>								
<b>Administração</b>	<b>13</b>	-	-	<b>13</b>	-	<b>(5)</b>	<b>8</b>	<b>13</b>
Softwares	13	-	-	13	-	(5)	8	13
<b>Subtotal</b>	<b>13</b>	-	-	<b>13</b>	-	<b>(5)</b>	<b>8</b>	<b>13</b>
<b>Total Ativo Intangível</b>	<b>13</b>	-	-	<b>13</b>	-	<b>(5)</b>	<b>8</b>	<b>13</b>

Por atividade, o imobilizado e o intangível está constituído da seguinte forma:

	<b>2020</b>			<b>2019</b>	
	<b>Taxas anuais médias de depreciação (%)</b>	<b>Bruto</b>	<b>Depreciação e Amortização Acumulada</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Valor líquido</b>
<b>Em serviço</b>					
Administração		23	(11)	12	19
Custo histórico	6,25				
		<b>23</b>	<b>(11)</b>	<b>12</b>	<b>19</b>
<b>Em curso</b>					
Transmissão		95.758	-	95.758	75.136
Administração		51	-	51	-
		<b>95.809</b>	<b>-</b>	<b>95.809</b>	<b>75.136</b>
		<b>95.832</b>	<b>(11)</b>	<b>95.821</b>	<b>75.155</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

	<b>Taxas anuais de depreciação (%)</b>
<b>Transmissão</b>	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	3,13
Religadores	4,00
<b>Administração central</b>	
Equipamento geral	6,25

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição das adições do ativo imobilizado em curso do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

<b>Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL</b>	<b>Material / Equipamentos</b>	<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Mão de obra Própria</b>	<b>Outros Gastos</b>	<b>Total</b>
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.838	4.838	-	-	6.676
Máquinas e Equipamentos	7.399	5.564	-	-	12.963
Móveis e Utensílios	530	6	-	-	536
A Ratear	1	-	670	131	802
Veículos	50	-	-	-	50
<b>Total das Adições</b>	<b>9.818</b>	<b>10.408</b>	<b>670</b>	<b>131</b>	<b>21.027</b>

**9. FORNECEDORES**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Materiais e serviços	3.123	3.218
<b>Total</b>	<b>3.123</b>	<b>3.218</b>

**10. TRIBUTOS A PAGAR**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	-	653
Programa de integração social – PIS	20	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	94	1
Impostos e contribuições retidos na fonte	3	85
Outros	351	109
<b>Total</b>	<b>468</b>	<b>848</b>

**11. ENCARGOS SETORIAIS**

	<b>2020</b>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	10
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	25
Ministério de Minas e Energia – MME	4
<b>Total</b>	<b>39</b>
Circulante	14
Não circulante	25

**12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****12.1. Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$91.242 (R\$81.494 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$94.144 subscrito e R\$2.902 a integralizar, dividido em 94.143.690 ações ordinárias (86.955.690 ações ordinárias em 2019), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

<b>Acionista</b>	<b>Lote de mil ações</b>		<b>R\$</b>
	<b>Qtde.</b>	<b>%</b>	
Neoenergia S.A.	94.144	100%	91.242
<b>Total</b>	<b>94.144</b>	<b>100%</b>	<b>91.242</b>

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12.2. Lucro por ação e remuneração ao acionista****a) Lucro por ação**

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	5.008	83
Média ponderada de ações em poder do acionista	92.651	86.956
<b>Lucro básico e diluído por ação – R\$</b>	<b><u>0,05</u></b>	<b><u>0,0001</u></b>

**b) Remuneração aos acionistas**

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício societário	22.057	30.706
Reserva legal	(1.103)	(1.535)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b><u>20.954</u></b>	<b><u>29.171</u></b>
Destinação para reserva de lucros a realizar	(15.396)	(29.171)
<b>Lucro líquido a distribuir</b>	<b><u>5.558</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Natureza da remuneração</b>		
Juros sobre o capital próprio	(2.000)	-
Dividendos adicionais propostos	(3.558)	-
	<b><u>(5.558)</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Remuneração total por ação</b>	<b><u>0,06</u></b>	<b><u>-</u></b>

A remuneração a pagar ao acionista está apresenta como segue:

	<u>2020</u>
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>-</b>
Juros sobre o capital próprio distribuídos <sup>(1)</sup>	2.000
Imposto de renda retido na fonte	(300)
Distribuição de dividendos	708
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b><u>2.408</u></b>

(1) Em dezembro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado juros sobre o capital próprio no montante de R\$2.000 a serem pagos até 31 de dezembro de 2021.

**12.3. Reserva de lucros****a) Reserva legal**

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

**b) Reserva de lucros a realizar**

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12.4. Política contábil**

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração ao acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

**13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	<u>2020</u>
<b>Receita operacional</b>	
Receita de transmissão – Rede Básica	7.049
<b>Deduções à receita</b>	
PIS/COFINS	(652)
<b>Encargos- Parcela “A”</b>	
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(63)
	<u><b>6.334</b></u>

**14. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal e administradores (nota 14.1)	(996)	(118)
Materiais	(99)	-
Serviços de terceiros	(155)	(58)
Arrendamentos e aluguéis	(57)	-
Tributos	(20)	-
Provisões Líquida – PPECLD	(15)	-
Multas regulatórias	(4)	-
Depreciação e amortização	(7)	(5)
Outros	(76)	(11)
<b>Total</b>	<u><b>(1.429)</b></u>	<u><b>(192)</b></u>

**14.1. Pessoal e administradores**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração	(492)	(24)
Encargos	(168)	(17)
Previdência privada - Corrente	(29)	-
Despesas rescisórias	(1)	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(199)	(54)
Outros benefícios - Corrente	(107)	(23)
<b>Total</b>	<u><b>(996)</b></u>	<u><b>(118)</b></u>

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**15. RESULTADO FINANCEIRO**

	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	127	352
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(6)	(17)
	<b>121</b>	<b>335</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
IOF	(1)	(10)
Outras despesas financeiras	(54)	(42)
	<b>(55)</b>	<b>(52)</b>
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(14)	(1)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	4	6
	<b>(10)</b>	<b>5</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>56</b>	<b>287</b>

**16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

Em 29 de julho de 2020 a Aneel aprovou, através de despacho, à celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020.

Como resultado do compartilhamento de recursos humanos, a Companhia reconheceu um custo incremental de R\$400.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações contábeis regulatórias são apresentados abaixo:

**a) Saldo em aberto com partes relacionadas**

	Neoenergia e suas subsidiárias
	2020
<b>Ativo</b>	
Contas a receber e outros	205
Compartilhamento de pessoal	71
	<b>276</b>
<b>Passivo</b>	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.408
Compartilhamento de pessoal	289
	<b>2.697</b>

**b) Transações com partes relacionadas**

	2020		
	Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total
<b>Resultado do exercício</b>			
Receita operacional, líquida	533	356	889
Despesas gerais e administrativas	(400)	-	(400)
	<b>133</b>	<b>356</b>	<b>489</b>

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Remuneração da administração (Pessoal-chave)**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

**17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS****17.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

**Nível 2** – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

**Nível 3** – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Nível	2020		2019	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
<b>Empréstimo e recebíveis</b>		<b>71</b>	<b>71</b>	-	-
Outros ativos financeiros		71	71	-	-
<b>Mensurados pelo custo amortizado</b>		<b>1.616</b>	<b>1.616</b>	-	-
Concessionárias e permissionárias		1.616	1.616	-	-
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		<b>2.683</b>	<b>2.683</b>	<b>9.366</b>	<b>9.366</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2	2.683	2.683	9.366	9.366
<b>Mensurado pelo valor justo por meio do resultado abrangente</b>		-	-	<b>4</b>	<b>4</b>
Swap de taxa de juros e cambial		-	-	4	4
<b>Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>		<b>4.275</b>	<b>4.275</b>	<b>3.579</b>	<b>3.579</b>
Fornecedores		3.123	3.123	3.218	3.218
Outros passivos financeiros		1.152	1.152	361	361
<b>Mensurado pelo valor justo por meio do resultado abrangente</b>		-	-	<b>127</b>	<b>127</b>
Swap de taxa de juros e cambial		-	-	127	127

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.853.497/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

#### (i) Instrumentos financeiros derivativos

##### NDF – Non-deliverable forwards

A metodologia para cálculo da marcação de mercado dos contratos de futuros de câmbio do Grupo, é conforme a seguir:

- Para compra de futuro de moeda:

$$M. Val = Notional Curr \times [1 \div m.rate - 1 \div contr.rate] \div FDt$$

- Para venda de futuro de moeda:

$$M. Val = Notional Curr \times [1 \div contr.rate - 1 \div m.rate] \div FDt$$

Onde:

*Notional Curr* = Notional contratado em moeda estrangeira

*m.rate* = taxa forward da moeda estrangeira na data do fixing contratual

*contr.rate* = taxa a termo contratada

*FDt* = fator de desconto da data do vencimento até a data de apuração.

### 17.2. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Notional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,9%	2.673	51	(13)	(25)

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Balancos patrimoniais**

	Notas	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativos</b>							
<b>Ativo circulante</b>		<b>5.205</b>	<b>12.942</b>	<b>18.147</b>	<b>11.008</b>	<b>11.041</b>	<b>22.049</b>
Caixa e equivalentes de caixa		2.683	-	2.683	9.366	-	9.366
Concessionárias e permissionárias		1.601	-	1.601	-	-	-
Tributos compensáveis		817	-	817	1.616	-	1.616
Concessão do serviço público (ativo contratual)	18.1	-	12.942	12.942	-	11.041	11.041
Despesas pagas antecipadamente		10	-	10	22	-	22
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	4	-	4
Outros ativos circulantes		94	-	94	-	-	-
<b>Ativo não circulante</b>		<b>95.930</b>	<b>83.847</b>	<b>179.777</b>	<b>75.247</b>	<b>40.538</b>	<b>115.785</b>
Tributos diferidos		109	(109)	-	92	(92)	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	18.1	-	179.663	179.663	-	115.765	115.765
Imobilizado	18.1	95.813	(95.707)	106	75.142	(75.135)	7
Intangível	18.1	8	-	8	13	-	13
<b>Total do ativo</b>		<b>101.135</b>	<b>96.789</b>	<b>197.924</b>	<b>86.255</b>	<b>51.579</b>	<b>137.834</b>
<b>Passivo</b>							
<b>Passivo circulante</b>		<b>7.353</b>	-	<b>7.353</b>	<b>4.671</b>	<b>2</b>	<b>4.673</b>
Fornecedores		3.123	-	3.123	3.218	-	3.218
Obrigações sociais e trabalhistas		191	-	191	111	-	111
Tributos		468	-	468	848	-	848
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		2.408	-	2.408	-	-	-
Encargos setoriais		14	-	14	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	127	-	127
Outros passivos circulantes		1.149	-	1.149	367	2	369
<b>Passivo não circulante</b>		<b>39</b>	<b>45.615</b>	<b>45.654</b>	-	<b>17.452</b>	<b>17.452</b>
Tributos	18.2	-	17.816	17.816	-	-	-
Encargos setoriais		25	-	25	-	-	-
Tributos diferidos	18.2	-	27.799	27.799	-	17.452	17.452
Outros passivos não circulantes		14	-	14	-	-	-
<b>Total do passivo</b>		<b>7.392</b>	<b>45.615</b>	<b>53.007</b>	<b>4.671</b>	<b>17.454</b>	<b>22.125</b>

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		91.242	-	91.242	81.494	-	81.494
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(111)	-	(111)
Reservas de lucros		50.117		50.117	34.326		34.326
Lucros (prejuízos) Acumulados	18.3	(51.174)	51.174	-	(34.125)	34.125	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		3.558	-	3.558	-	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>93.743</b>	<b>51.174</b>	<b>144.917</b>	<b>81.584</b>	<b>34.125</b>	<b>115.709</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>101.135</b>	<b>96.789</b>	<b>197.924</b>	<b>86.255</b>	<b>51.579</b>	<b>137.834</b>

**Demonstração do resultado**

	Notas	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>7.049</b>	<b>52.874</b>	<b>53.923</b>	-	<b>100.467</b>	<b>100.467</b>
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	18.1	7.049	52.874	53.923	-	100.467	100.467
<b>Tributos</b>		<b>(652)</b>	<b>(4.891)</b>	<b>(5.543)</b>			
PIS	18.2	(116)	(873)	(989)	-	-	-
Cofins	18.2	(536)	(4.018)	(4.554)	-	-	-
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(63)</b>	-	<b>(63)</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(63)	-	(63)	-	-	-
Taxa de fiscalização					-	-	-
<b>Receita líquida</b>		<b>6.334</b>	<b>47.983</b>	<b>54.317</b>	-	<b>100.467</b>	<b>100.467</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>6.334</b>	<b>47.983</b>	<b>54.317</b>	-	<b>100.467</b>	<b>100.467</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(1.429)</b>	<b>(20.571)</b>	<b>(22.000)</b>	<b>(192)</b>	<b>(54.068)</b>	<b>(54.260)</b>
Pessoal e administradores (inclui remuneração a administradores)		(996)	17	(979)	(118)	-	(118)
Material		(99)	(184)	(283)	(58)	-	(58)
Serviços de terceiros		(155)	-	(155)	-	-	-
Arrendamento e aluguéis		(57)	-	(57)	-	-	-
Provisões Líquidas – PCLD		(15)	-	(15)	-	-	-
Multas regulatórias		(4)	-	(4)	-	-	-
Tributos		(20)	-	(20)	-	-	-
Depreciação e amortização		(7)	-	(7)	(5)	-	(5)
Outras despesas operacionais	18.1	(76)	(20.404)	(20.480)	(11)	(54.068)	(54.079)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>4.905</b>	<b>27.412</b>	<b>32.317</b>	<b>(192)</b>	<b>46.399</b>	<b>46.207</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>56</b>	-	<b>56</b>	<b>287</b>	-	<b>287</b>
Despesas financeiras		(55)	-	(55)	(53)	-	(53)
Receitas financeiras		121	-	121	335	-	335
Outros resultados financeiros, líquidos		(10)	-	(10)	5	-	5
<b>Lucro antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>4.961</b>	<b>27.412</b>	<b>32.373</b>	<b>95</b>	<b>46.399</b>	<b>46.494</b>
Despesa com impostos sobre os lucros	18.2	47	(10.363)	(10.316)	(12)	(15.776)	(15.788)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>5.008</b>	<b>17.049</b>	<b>22.057</b>	<b>83</b>	<b>30.623</b>	<b>30.706</b>
<b>Lucro por ação</b>							

### **18.1. Concessão do serviço público (ativo contratual)**

Os ajustes das diferenças entre contabilidade societária e regulatória são decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 que estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

Pelos novos requerimentos deste pronunciamento, a Companhia reconhece a receita somente quando uma obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

(ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica “Remuneração do ativo contratual”, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

As contraprestações são classificadas como um “Ativo de Contrato”.

### **18.2. Tributos diferidos**

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos, na contabilidade societária, são aplicados imposto de renda e contribuição social sobre a margem de construção, bem como PIS e Cofins sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato, durante a fase de construção e são realizados a partir da fase de operação até o prazo final da concessão.

### **18.3. Lucros (Prejuízos) acumulados**

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

**NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ 27.853.497/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**18.4. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Saldos PL conforme contabilidade societária</b>	<b>144.917</b>	<b>115.709</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>(51.174)</b>	<b>(34.125)</b>
Margem de construção (IFRS 15)	(79.082)	(51.670)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	27.908	17.545
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<b><u>93.743</u></b>	<b><u>81.584</u></b>

**18.5. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Lucro líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>22.057</b>	<b>30.706</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>(17.049)</b>	<b>(30.623)</b>
Efeito da aplicação do CPC 47	(27.412)	(46.399)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	10.363	15.776
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b><u>5.008</u></b>	<b><u>83</u></b>